

II Seminário de Linguística e História

1 e 2 de dezembro de 2021

Programação:

01 de dezembro

10h Conferência - LÍNGUA E DIVERSIDADE: IMAGENS SOBRE AFRICANOS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS RELACIONADAS À ESCRAVIDÃO

Dra. Ivana Stolze Lima - Fundação Casa de Rui Barbosa/RJ

Mediação: Dra. Cristine Severo (UFSC)

Link de transmissão: <https://youtu.be/AwICLZMUKjM>

15h Apresentação de trabalhos

A HISTÓRIA SOCIAL DO LATIM E O MULTILINGUISMO NO MEDITERRÂNEO ANTIGO / David Pessoa de Lira (UFPE)

LA GESTACIÓN DEL CONCEPTO DE LENGUA Y LA PERMEABILIDAD DE LAS NUEVAS REALIDADES COMUNICATIVAS / María Antonieta Flores Ramos (DO/UFMT)

DA DIFERENÇA COLONIAL AO ESQUECIMENTO: POLÍTICAS NACIONAIS DE HOMOGENEIZAÇÃO LINGUÍSTICA / Clóvis Alencar Butzge (UFFS)

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E OS CONTATOS DE LÍNGUA NA CONSTITUIÇÃO DO ESPANHOL MEDIEVAL / Carlos Felipe Pinto (UFBA)

DA LÍNGUA QUE FALA À HISTÓRIA QUE SE ESCREVE: O RACISMO ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO DA ANTROPONOMÁSTICA BRASILEIRA – POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS- UMA QUESTÃO DE APAGAMENTO / Adriana dos Santos Silva (ME/FFLCH-USP)

Link da transmissão: <https://youtu.be/WxHs0ikQA6g>

03 de dezembro

10h Roda de conversa - PESQUISAS ATUAIS EM LINGUÍSTICA E HISTÓRIA

Dr. Leonardo Marcotulio (UFRJ)

Dr. Américo Venâncio Lopes Machado Filho (UFBA)

Mediação: Dr. Marco Antonio Martins (UFSC) e Dra. Cristine Severo (UFSC)

Link de transmissão: https://youtu.be/MG_AKpU4ItU

15h Apresentação de trabalhos

MUDANÇA ESTABILIZADA E EM ANDAMENTO EM PB: A RELAÇÃO ENTRE OBJETO E SUJEITO NULOS / Gabriel de Ávila Othero (UFRGS)

CONTATO LINGUÍSTICO NA CONFIGURAÇÃO DO PORTUGUÊS DE RORAIMA (SÉC. XVIII) / Eliabe Procópio (UFRR)

O VUESTRA MERCED NO TEATRO BREVE DO SÉCULO DE OURO ESPANHOL: UM OLHAR PARA ESTUDOS DE PEÇAS TEATRAIS DOS SÉCULOS XVI E XVII / Camila Rodrigues Albuquerque (ME/UFSC)

AMIGADO, CONCUBINO, AMÁSIO(ADO) OU AMANCEBADO? UMA PROPOSTA DE DESCRIÇÃO CONTRASTIVA DA NORMA LEXICAL DO PB E DO PE EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-DIALETOLÓGICA / Daniel Abud Marques Robbin (ME/UFSC)

CAMINHOS DA ÁFRICA: O PRETOGUÊS E O PAPEL DAS LÍNGUAS AFRICANAS NA HISTÓRIA LINGUÍSTICA DO BRASIL / Arnaldo César Roque (ME/UFSC)

Link de transmissão: <https://youtu.be/qGVRjSTJ9wc>

RESUMOS

A HISTÓRIA SOCIAL DO LATIM E O MULTILINGUISMO NO MEDITERRÂNEO ANTIGO

David Pessoa de Lira (UFPE)

david.plira@ufpe.br

Mesmo que o latim tenha sido a língua oficial do Império Romano, ela não foi usada amplamente em todas as províncias romanas espalhadas no Mediterrâneo Antigo e da mesma forma. Em vários âmbitos, os romanos tiveram de lançar mão do grego para poder se comunicar com a parte oriental do Império (onde havia diferentes línguas). Em todo caso, ao empregarem os termos militares, políticos e econômicos latinos, os romanos procediam de duas formas: ou traduziam para o grego ou submetiam os termos a um processo de comutação de alfabeto, comutação de código, interferência, empréstimos, alternâncias, inserções e transliterações (*code-switching, alphabet-switching, interference, borrowing, alternance, insertions, intra-sentential switches*). No entanto, a helenização de palavras latinas não só acontecia com os nativos de língua latina mas com falantes gregos naquele contexto. Os habitantes do Império também poderiam empregar comutação de fórmulas (*tag*) de outras línguas (hebraico, aramaico, copta) em grego para se fazerem inteligíveis aos romanos. Da mesma forma, palavras ou quase frases gregas inteiras poderiam ser transliteradas para o alfabeto latino. O próprio grego já havia sido submetido a várias adequações socioculturais em várias esferas. Textos religiosos da época permitem observar os fenômenos sociolinguísticos do latim naquele contexto. *Hermeneumata*, textos variados em documentos vários em grego e latim, do período imperial romano fazem visualizar esses fenômenos. O objetivo dessa comunicação é tratar da história social das línguas que estão em uso e interação com o latim no Império Romano, não permitindo entender esta língua sem uma devida análise sociolinguística. Ademais, não se pode unicamente estudar o latim pelo viés estático da poesia, negligenciando todos outros documentos que constituíam as chamadas Artes Letradas. Entre vários teóricos que se propõem ao estudo do bilinguismo e multilinguismo daquela época, recorre-se a J. N. Adams; Mark Janse; Simon Swain; Alex Mullen; Patrick James; Hughson T. Ong.

LA GESTACIÓN DEL CONCEPTO DE LENGUA Y LA PERMEABILIDAD DE LAS NUEVAS REALIDADES COMUNICATIVAS.

María Antonieta Flores Ramos (DO/UFMT)

ninasgerais@hotmail.com

En este artículo la autora analiza el surgimiento del concepto de lengua como un constructo sociohistórico y colonial donde priva la pasión por la unidad además de una serie de ideologías como la indivisibilidad, la correlación lengua y territorio y, el estigma a los usuarios que emplean las llamadas variedades populares. La autora retoma la premisa de que las lenguas y las concepciones acerca de ellas son invenciones derivadas de proyectos coloniales y nacionalistas, en diferentes lugares del globo terráqueo (Pennycook y Makoni, 2007); al analizar estatus de las lenguas colonizadoras versus las lenguas colonizadas, la autora señala que las lenguas del colonizado han sido nombradas por el Otro que las desconoce o desprecia (Calvet, 2007), es decir, su designación ha sido realizada desde la perspectiva de terceros. Como constructo histórico y colonial el concepto de lengua se gesta con la creación del Estado-nación en siglo XVIII europeo. A esta estatalización de las lenguas, como lo señala Nadal (2007), le precede el proceso de escrituración y codificación, realizado siempre de manera selectiva el cual implica, de raíz, una homogeneización de lo diverso, una eliminación de lo considerado accesorio, en vías del derecho a la posesión de los territorios colonizados; por lo cual la lengua como consubstancial al imperio resulta siempre culturicida y lingüicida (Nadal, 2007). Con base en su experiencia como profesora de EL2 entre Tsotsiles e Tseltales de una comunidad estudiantil de Chiapas (México), la autora destaca las prácticas translingüísticas (García, 2007) y los diálogos políglotas (Canagarajah, 2013) propios de la superdiversidad (Canagarajah, 2013) en que se encuentra los cuales nos obligan a pensar que el paradigma monolingüe resulta insuficiente para comprender las realidades comunicativas actuales.

CAMINHOS DA ÁFRICA: O *PRETOGUÊS* E O PAPEL DAS LÍNGUAS AFRICANAS NA HISTÓRIA LINGUÍSTICA DO BRASIL

Arnaldo César Roque (ME/UFSC)

roquearnaldoc@gmail.com

Os povos africanos e suas línguas, junto aos povos originários, construíram e formataram a língua falada no Brasil, atestando o fato de que a colonização e escravização não exportaram apenas aquilo que os colonos chamavam de “mão de obra escravizada”, mas, também, saberes ancestrais/científicos caros dos quais a humanidade se viu erigir. Este testemunho, aqui assumido sob a forma da língua(gem), faz com que os falares de um Brasil polarizado (estratificado pela/na raça/etnia) matizassem-se na forma de sua variante majoritária, fazendo desta, testemunho, herança e denúncia da cor de um Brasil Africano que se nega como tal e que se quer alvo em língua, nação e ideais. Este artigo tem, então, por proposta retomar e aprofundar proposições levantadas acerca da participação dos povos africanos e afro-diaspóricos na formatação do português brasileiro (CASTRO, 2001; MATTOS e SILVA, 2014) a partir da assertiva de que, do ponto de vista linguístico, estes foram os principais agentes na/da difusão/(re)construção do que se convencionou chamar de língua popular brasileira, norma popular brasileira (LUCCHESI, 2004) ou *Pretoguês* (GONZALEZ, 1988). Assume-se, nesse quadro, que há uma desclassificação da fala, das formas e usos dessa variante dita popular, em que o preconceito linguístico, assim, estaria atrelado, sobretudo, a quem fala (ou a imagem que se cria/tem desse falante e no que este rememora em história e herança) e não, necessariamente, como se fala (situação esta que, embora se apresente em primeiro plano, não é o cerne das desclassificações, especificamente, aqui, no Brasil). Em outras palavras, argumenta-se que a depreciação as formas e os usos são marcadas por motivações raciais que aqui, se avultam sob o conceito de racismo linguístico (NASCIMENTO, 2019). A fim de alcançar o objetivo indicado e atestar a hipótese supracitada, é apresentada a análise sobre aspectos socioculturais e linguísticos do Brasil colônia à contemporaneidade.

**O VUESTRA MERCED NO TEATRO BREVE DO SÉCULO DE OURO
ESPANHOL: UM OLHAR PARA ESTUDOS DE PEÇAS TEATRAIS DOS
SÉCULOS XVI E XVII**

Camila Rodrigues Albuquerque (ME/UFSC)

camila.rodri.albuquerque@gmail.com

Existe um consenso de que as fórmulas de tratamento são um tópico de particular interesse para a sociolinguística histórica. Esta afirmação está relacionada com a natureza desse fenômeno, que integra em seu uso questões pragmáticas e sociais. Reconhecendo a importância de estudos linguísticos referentes ao Século de Ouro espanhol, um período marcado por mudanças importantes para a consolidação do sistema moderno de formas de tratamento na língua espanhola, este trabalho busca abordar o papel que esta época aura para a cultura hispânica desempenhou para a evolução da fórmula *vuestra merced* > *usted*. Para tal feito, serão recuperados estudos representativos de diferentes etapas desta época singular, elaborados por Pedroviejo Esteruelas (2003; 2012), que utilizam como corpus documental obras literárias. Serão abordados estudos sobre as formas de tratamento em: i) meados do século XVI, nos *pasos* de Lope de Rueda; ii) no primeiro terço do século XVII, em um corpus de entremeses de diferentes autores e; iii) no segundo terço do século XVII, em um corpus de entremeses de Calderón de la Barca. Para compreender as condições em que a fórmula *vuestra merced* se encontrava no Século de Ouro espanhol, serão abordados estudos sobre a situação das formas de tratamento neste período, bem como sobre o processo de gramaticalização que levou a evolução de *vuestra merced* na forma pronominal *usted*. Esta investigação pode verificar que a evolução de *vuestra merced* está intimamente vinculada às mudanças no sistema de tratamento do espanhol clássico. Neste estudo, também pudemos observar a influência que as novas dinâmicas sociais surgidas na Idade do Ouro desempenharam para a mudança no paradigma pronominal hispânico. Este trabalho também procurou demonstrar, através dos estudos compiladas, que o uso frequente de *vuestra merced* ao longo do Século de Ouro provocaria mudanças fonéticas sucessivas nesse termo que resultariam na forma pronominal atual *usted*.

AMIGADO, CONCUBINO, AMÁSIO(ADO) OU AMANCEBADO? UMA PROPOSTA DE DESCRIÇÃO CONTRASTIVA DA NORMA LEXICAL DO PB E DO PE EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-DIALETOLÓGICA

Daniel Abud Marques Robbin (ME/UFSC)

danielabudmr@gmail.com

Esta comunicação tem por objetivo central demonstrar o contraste entre as normas lexicais regionais do Português Brasileiro e do Português Europeu, entre os séculos XVI e XX, a partir de alguns recortes sincrônicos de épocas distintas. Como objetivo específico, visa-se a identificar a produtividade do campo semântico-lexical das relações extraconjugais e extraoficiais em Portugal e no Brasil, refletindo-se nas variantes *amancebado(a)*, *amásio(a)*, *amasiado(a)*, *amigado(a)* e *concupino(a)* em solo brasileiro e europeu a partir dos *corpora* Dicionário Histórico do Português Brasileiro (BIDERMAN; MURAKAWA, 2021), que lida com fatos linguísticos de todo o período colonial brasileiro, trazendo suas ocorrências em registros históricos do período e também suas acepções; Corpus do Português, que retrata itens lexicais dos séculos XIX e XX, tanto de Portugal quanto do Brasil; e Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul (ALTENHOFEN, 2011), que através da dimensão diatópica, descreve a norma lexical do Sul do Brasil em fins da década de 1980. Desse modo, procuramos descrever, preliminarmente, os processos de variação e mudança lexical e semântica desse campo semântico-lexical nas normas regionais da língua portuguesa durante esse intervalo temporal de cinco séculos, e com isso, trazer à tona revelações extralinguísticas, de cunho sócio histórico, sobre a formação da realidade linguístico-cultural do Brasil e as mudanças nas normas socioculturais de Portugal, com relação ao convívio e comportamento social. De forma complementar, o estudo também pretende relacionar, sob o viés da Sociolinguística Histórica, os usos linguísticos presentes no Corpus do Português às vozes sociais de cada época, pressupondo que o léxico é testemunha de uma cultura e de uma época (BIDERMAN, 1992).

DA DIFERENÇA COLONIAL AO ESQUECIMENTO: POLÍTICAS NACIONAIS DE HOMOGENEIZAÇÃO LINGUÍSTICA

Clóvis Alencar Butzge (UFFS)

clovis@uffs.edu.br

Este trabalho objetiva refletir, a partir de um olhar sócio-histórico, acerca de políticas linguísticas de estado que visam homogeneizar a língua da nação. Insere-se no campo de investigação que dominamos de políticas linguísticas críticas, em associação com estudos da linguística colonial e estudos críticos latinoamericanos sobre colonialidade e modernidade. O viés escolhido é de um olhar sobre a história social da língua, portanto uma “história externa da língua”, mas que julgamos extremamente importante para subsidiar os estudos de uma “história interna da língua”. Enfocando o caso da língua portuguesa no Brasil, abrangendo tanto o período colonial quanto o pós-independência, argumentaremos que a diferença colonial estabelecida entre colonizadores e colonizados foi fundamental na definição de que língua conta quando se trata da nação brasileira. Entendemos a diferença colonial como processo e produto resultantes das relações de poder estabelecidas ao longo do período de dominação, exploração e conflitos entre a metrópole europeia e os sujeitos subalternizados, e que continuou no período pós-independência sob a forma de um colonialismo interno em que uma elite herdeira dos mecanismos coloniais seguiu aprofundando a diferença, mas agora camuflada por uma ideologia homogeneizadora nacionalista que invisibiliza as diferenças, produzindo oportunos esquecimentos. Demonstraremos que a diferença colonial se materializa principalmente na forma do racismo (“índios” selvagens; “negros” escravizáveis; “brancos” civilizados...) e essas distinções repercutem entre outras coisas sobre suas culturas, costumes e línguas. Dessa perspectiva, as línguas primitivas de “índios” e “negros” não seriam capazes de veicular o conhecimento racional, civilizado e mesmo a religiosidade e os bons costumes cristãos (por mais que as línguas locais tenham servido por séculos aos propósitos católicos e mesmo aos interesses coloniais). Assim, um olhar sócio-histórico crítico pode ajudar a deslindar o mito da homogeneização linguística nacional e evidenciar a diversidade e os conflitos em torno das línguas e seus falantes.

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E OS CONTATOS DE LÍNGUA NA CONSTITUIÇÃO DO ESPANHOL MEDIEVAL

Carlos Felipe Pinto (UFBA)

cfpinto@ufba.br

A história das línguas românicas medievais foi marcada por uma série de contatos linguísticos tanto com povos que habitavam as diferentes regiões da România antes da chegada dos romanos tanto com diversos outros povos que chegaram à România após o estabelecimento do Império Romano. No entanto, a construção da narrativa da história dessas línguas parece ser conduzida por algum tipo de ideologia linguística homogeneizadora e uniformizadora da língua que faz com que, embora se reconheça toda a complexidade social e cultura, tende-se a ignorar as repercussões que os diferentes contatos populacionais tenham causado na língua. No caso da língua espanhola, a "Escuela de Filología Española" fundada por Ramón Menéndez Pidal conduziu a narrativa de constituição e evolução da língua pautada numa homogeneidade linguística, como se o espanhol fosse o resultado direto das transformações naturais do latim. Essa perspectiva nasce no começo do século XX e dura até o final do século, sendo reproduzida por diversos historiadores da língua. Esse trabalho tem o objetivo de seguir uma linha de investigação já apontada desde o início do século XX, considerando especialmente o quadro da sociolinguística histórica, de que a história do espanhol é permeada de contatos linguísticos que efetivamente deixaram marcas na língua para além das marcas culturais registradas. Para isso, percorremos o seguinte caminho: fazemos breves considerações sobre a linguística do século XIX, mostrando que, embora não tenha tido espaço até a segunda metade do século XX, os contatos linguísticos já apareciam como elemento condicionador das configurações linguísticas; apresentamos como alguns autores no âmbito da "Escuela de Filología Española" situam os contatos linguísticos; apresentamos visões alternativas que questionam a postura tradicional; trazemos alguns dados linguísticos e apontamos alternativas para uma perspectiva de estudos do espanhol medieval que ressignifique a sua história em direção a perspectivas mais realistas e decoloniais

CONTATO LINGUÍSTICO NA CONFIGURAÇÃO DO PORTUGUÊS DE RORAIMA (SÉC. XVIII)

Eliabe Procópio (Universidade Federal de Roraima)

eliabe.procopio@ufrr.br

As relações de contato caracterizam a configuração do português de Roraima desde o estabelecimento da colonização portuguesa até a atualidade, em especial com a imigração venezuelana. O objetivo deste texto é apresentar os pressupostos que fundamentam a pesquisa sobre a história do português de Roraima na perspectiva dos estudos de contato (ÓRTIZ; LACORTE, 2005; MEAKINS, 2013; ZIMMERMANN, 1995), e exemplos textuais de cenas de contato linguístico com a língua portuguesa, com atenção ao século XVIII e à constituição do léxico. Este texto vincula-se ao projeto de pesquisa ‘Retratos linguísticos de Roraima’ (PV7238-2021 PRPPG/UFRR) e ao projeto nacional ‘Para a História do Português Brasileiro’ (PHPB). Um levantamento documental preliminar indica a existência de diversos relatos de viajantes leigos ou especialistas (geógrafos, militares, botânicos etc.) nacionais (brasileiros e portugueses) e estrangeiros que estiveram ou passaram pelo espaço roraimense e registraram em suas narrativas: topônimos indígenas e portugueses, e a competição entre eles; termos das práticas coloniais e indígenas quanto à alimentação, aos hábitos culturais, aos instrumentos de caça, pesca, trabalho e defesa, à flora, à fauna e à geografia; e principalmente situações do contato linguístico entre o falante de português e os de línguas indígenas ou europeias. Os exemplos deste texto são destes documentos: *Auto de inquirição de testemunhas para justificação da posse e domínio do Rio Branco pela Coroa de Portugal* (1775), *Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa* (1777), *Descrição Relativa ao Rio Branco e Seu Território* (1787) e *Comunicação de Lobo d'Almada a João Pereira Caldas sobre o reconhecimento das cordilheiras do Rio Branco* (1787), cuja edição integra o quadro metodológico desta pesquisa.

MUDANÇA ESTABILIZADA E EM ANDAMENTO EM PB: A RELAÇÃO ENTRE OBJETO E SUJEITO NULOS

Gabriel de Ávila Othero (UFRGS)

gab.othero@gmail.com

Entre os fenômenos gramaticais que diferenciam as variedades brasileira e europeia do português, encontram-se a retomada anafórica (e a referência exofórica) de sujeitos e objetos diretos pronominais e nulos (cf. Cyrino & Matos 2016, Duarte & Figueiredo Silva 2016). Em português brasileiro (PB), foco deste trabalho, orações com sujeito pronominal referencial expreso são privilegiadas em detrimento de orações com sujeito nulo – que são restritas a alguns contextos de uso (cf. Ayres 2021, Duarte & Reis 2018). Por outro lado, orações com objetos diretos anafóricos nulos (em especial de 3ª pessoa) são favorecidas em detrimento de orações com objeto direto pronominal. A literatura tem relacionado (ainda que timidamente) ambos os fenômenos na história do PB. Exemplo disso é o trabalho pioneiro de Tarallo (1983), que indica, através de análise de *corpus* (constituído por textos escritos entre os séculos XVIII e XIX), uma alteração na expressão de sujeitos e objetos diretos pronominais em PB. Dados do autor apontam 81,8% de objetos diretos nulos e 20,6% de sujeitos nulos, destacando a relação entre os dois fenômenos. Contemporaneamente, apenas o fenômeno do *objeto nulo* é considerado um processo cuja mudança está estabilizada (Cyrino 1993, 1994); a mudança no parâmetro de marcação do *sujeito* em PB (de língua pro-drop a língua -pro-drop ou a língua de sujeito nulo parcial) ainda é alvo de debate entre linguistas que investigam a história do PB. Em nosso trabalho, assumimos que ambos os fenômenos estão intimamente relacionados e argumentamos o fenômeno do sujeito nulo segue em processo de mudança. Para sustentar nossa argumentação, nos baseamos em análise de *corpus* de diferentes sincronias (mudança real) e análise de *corpus* contemporâneo estratificado em faixas etárias (mudança em tempo aparente). Investigamos tanto *corpus* escrito (peças de teatro e outras fontes de língua escrita que tentam simular a fala, como histórias em quadrinhos e mensagens no Twitter) como *corpus* falado contemporâneo (gravações de entrevistas sociolinguísticas feitas entre 2015 a 2017).

**DA LÍNGUA QUE FALA À HISTÓRIA QUE SE ESCREVE: O RACISMO
ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO DA ANTROPONOMÁSTICA
BRASILEIRA – POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS- UMA QUESTÃO
DE APAGAMENTO**

Adriana dos Santos Silva (ME/FFLCH-USP)

adrianassilva@usp.br

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as percepções iniciais da dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua portuguesa da Universidade de São Paulo que tem por finalidade evidenciar a violência étnico-racial pela linguagem, decorrente dum sistema estrutural que afetou a construção identitária, memorial, cultural, linguística e patrimonial do povo negro no Brasil. Posto isso, tem como *corpora* escrituras públicas de compra e vendas de escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, na Bahia, datadas do íterim de 1852 a 1899, fonte documental inédita que encontra-se no Arquivo Municipal de Salvador. Salienta-se que, o único momento em que se figurou o uso deste tipo documental para venda de pessoas foi no período da escravidão. Outrossim, devido à sua estrutura composicional e a obrigatoriedade de descrever o bem, as escrituras possuem diversos aspectos sócio-históricos, culturais e linguísticos que viabilizam a compreensão da violência estrutural e étnico-racial oriunda das relações de poder referente à mão de obra escrava, economia, e objetificação do povo negro (africano ou não) no Brasil. Para tanto, apresenta como metodologia uma leitura crítico-filológica numa perspectiva decolonial com aporte teórico em: BELLOTTO (2002); ALENCASTRO (2000); LE GOFF (1990); MATTOS E SILVA (2004-2008); RICOEUR (2007); BORDIEU (2005); DICK (1992). Conclui-se então, que realizar pesquisa com documentação histórica numa perspectiva decolonial é de suma importância para a memória coletiva e individual do Brasil, no período colonial, bem como de resgate de patrimônios, identidades, culturas e linguagens, as quais, sejam por escolha política ou cultural, foram relegadas ao esquecimento, ao tempo que, rememorar-los é também dar voz àqueles que por muito tempo foram silenciados, marginalizados e violentados.